

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.447 - SP (2019/0140904-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : EDILSON BRITO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : RICARDO REIS DE JESUS FILHO - SP273946**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS DESCONTO

Alega violação do arts. 42, 43, 46 e 59, todos da Lei 8.213/91; 884 e 885, ambos do CC; e 165, 458, II, e 535, I e II, do CPC/73, no que concerne à possibilidade de desconto dos valores recebidos a título de auxílio-doença em período trabalhado, trazendo os seguintes argumentos:

(...) o INSS não se conforma com a referida decisão no tocante à existência de incapacidade total nos períodos em que o autor efetivamente prestou atividade laborativa.

Tal circunstância pressupõe que apenas é devido o benefício àquele que se encontra impossibilitado de prover sua própria subsistência, sendo tal percepção substitutiva do salário.

No caso dos autos, restou comprovado que o segurado laborou durante o período de suposta incapacidade, não justificando o recebimento do salário cumulado com o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.

Assim, se afigura completamente incompatível com o recebimento, no mesmo período, de salários oriundos do exercício de atividade laborativa. (fl. 479)

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que os artigos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso

extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1685486/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 21/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp n. 1675309/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2018; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Ademais, no que concerne à suposta violação dos arts. 165, 458, II, e 535, I e II, do CPC/73, não é cabível o recurso especial pois se tratam de dispositivos de lei federal não vigente. Nesse sentido: EDcl no AgRg no AREsp n. 817.110/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 24/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente